

Edição 297 - Brasília, 16 de setembro de 2016.

## **Conselho Nacional de Educação sinaliza possibilidade de concessão de maior prazo para universidades atenderem a Resolução n. 2/2015**

*Informação foi repassada ao presidente da Abruem em reunião, essa semana, em Brasília*



*Os presidentes do CNE e da Abruem, professores Gilberto Garcia e Aldo Bona (acima)*



*Bona e Malvina Tuttman, da Comissão de Formação de Professores do CNE (abaixo)*



O presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), reitor Aldo Nelson Bona, esteve em Brasília, nessa semana, participando de uma audiência solicitada pela Abruem com o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), professor Gilberto Garcia. "Fui externar as angústias das nossas afiliadas no que se refere a Resolução n. 2/2015, que trata da formação de professores, porque há uma série de indefinições a este respeito e o CNE ainda não se manifestou", contou Aldo. "Isso tem preocupado as universidades no sentido de como conduzir reestruturações nos projetos político-pedagógicos dos cursos, considerando o que exige a resolução e o prazo fixado".

Em resposta as demandas da Abruem, Gilberto Garcia articulou a realização, no mesmo dia, de uma reunião entre Bona e Malvina Tuttman, que é a presidente da Comissão de Formação de Professores do CNE. Segundo relatos do presidente da Abruem, esta conversa foi bastante técnica. "A professora Malvina disse que a Comissão recebeu um conjunto de demandas das instituições de ensino superior, bem como das associações representativas, entre elas a Abruem, que ainda não foram respondidas devido a reconstituição do Conselho. Com a retomada dos trabalhos, um posicionamento oficial deve sair, provavelmente, durante a plenário do mês de outubro".

*Continua na próxima página...*

**Ampliação do prazo de implantação e manutenção da carga-horária atual para as licenciaturas estão entre as reivindicações das associações e universidades junto ao CNE**  
*Demandas serão analisadas na plenária de outubro da Comissão de Formação de Professores*

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Comissão de Formação de Professores, vai estudar a possibilidade de atender às reivindicações das instituições de ensino superior e das associações sobre a Resolução n. 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura, que tem como data limite para implantação o dia primeiro de julho de 2017, dois anos após a publicação do documento.

As duas principais demandas apresentadas dizem respeito à manutenção da carga-horária atual 2.800 horas para as licenciaturas, sem a necessidade de ampliação para 3.200 horas como prevê a Resolução n. 2/105, encaminhada pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior); e a dilação de prazos para que as instituições atendam ao contido no documento, conforme solicitado pela Abruem.



"Em relação à demanda da Abruem, a professora Malvina Tuttman, presidente da Comissão de Formação de Professores do CNE, manifestou que não há uma decisão oficial ainda, mas que a Comissão está bastante sensível a ideia de, de fato, conceder um prazo maior para que a Resolução possa ser atendida pelas universidades", lembrou Aldo.

Ainda segundo o presidente da Abruem, Malvina quis saber qual é o posicionamento da Abruem em relação ao pedido apresentado pela Andifes. "Afirmo que não havia, ainda, uma posição oficial da nossa Associação para a questão, já que nós não tínhamos discutido institucionalmente esse ponto da Resolução. Me comprometi, em nome da Abruem, a instaurar esse debate na reunião da Câmara de Graduação, que será realizada de 19 a 22 outubro, durante o Fórum Nacional de Reitores, em Ilhéus, Bahia.

**MEC repassa recursos do Pnaest 2014 para mais cinco universidades**

*Pagamento é uma reivindicação da Abruem. Quatro instituições ainda aguardam liberação*

Cinco das nove universidades afiliadas à Abruem que aderiram ao Sistema de Seleção Unificada do Governo Federal (Sisu) e que ainda não haviam recebido o repasse de recursos do Pnaest (Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais) foram contempladas pelo Ministério da Educação e receberam a verba. "O pagamento referente à 2014 é resultado de um trabalho conjunto da presidência da Abruem - que apresentou a demanda ao ministro da Educação, Mendonça Filho, em audiência realizada no início de junho - e da Câmara de Graduação da Associação, presidida pelo reitor Paulo Sérgio Wolff. Foi um avanço importante, mas ainda há quatro universidades aguardando os recursos. Além disso, continuaremos pleiteando, junto ao MEC, o lançamento dos editais referentes aos anos de 2015 e 2016, que devem contemplar as instituições que aderiram e receberam alunos através do Sisu", avaliou o reitor Aldo Nelson Bona, presidente da Abruem.



Secretaria Executiva: Carlos Roberto Ferreira (crferreira@uepg.br)

Secretaria Geral: Denize Alencastro (abruem@gmail.com)

Web-designer: Felipe Moro Ferreira (felipe\_m\_ferreira@yahoo.com.br)

Jornalista Responsável: Ariane Pereira (ariane\_carla@uol.com.br)

